
IGUALDADE OU DIFERENÇAS: DISCURSOS SOBRE A SUBMISSÃO FEMININA

Luiza Almeida Freire (UFCG)
Hosana Suelen Justino Rodrigues(UFCG)
suelenhosana@gmail.com

O presente trabalho visa discutir com olhares críticos a alguns pontos da história da desigualdade das relações de gênero. Na busca pela reflexão que Simone Beauvoir nos propõe de que nossa sexualidade é construída socialmente. “não nascemos mulheres. Tornamo-nos mulher.” Os indivíduos ficam assim reduzidos ao sexo, ele e ela se confunde, o seu sexo marca as posições sociais que ela deve ocupar e o seu lugar na família. Diante disto, nos questionamos a cerca da submissão feminina nos questionando quais os caminhos para solucionar este problema de desigualdade social: seria a consciência da igualdade ou das diferenças de gênero?

Discutiremos alguns fatos histórico-sociais que interferiram diretamente nas mudanças das relações de gênero que ocasionaram uma série de mudanças dentro da família, e na própria estrutura de família. Para chegarmos ao nosso objetivo analisaremos a modernidade, com todo o aparato de tecnologia e de novas identidades que surgiram a partir da revolução industrial. Admitimos, porém, que as mulheres estiveram presentes em todos os fatos históricos da sociedade, porém, estes acontecimentos incidiram de forma diferente para homens e mulheres.

Era uma vez... Submissão e opressão feminina

Diante do quadro de reprodução da opressão feminina por toda a sociedade até por elas mesmo, devemos nos perguntar quais as origens desta submissão feminina? Bem, não se sabe ao certo como isto vem se reproduzindo através da sociabilização dos indivíduos, porém podemos apontar alguns pontos que sugerem bem explicitamente a subordinação feminina como algo virtuoso o louvável.

A igreja é um deles. Por muitos séculos a bíblia é o livro mais lido do mundo, concluímos com isto o seu caráter e poder de formação de opinião dos indivíduos do mundo. A mulher como conta o mito bíblico foi retirada das costas de Adão, para ser para ele uma ajuda adequada. O catolicismo é “macho”, apenas os homens podem fazer parte dos altos pontos hierárquicos da igreja. “eles detêm o poder, o saber e o sagrado” (PERROT: 2008). Além disto, temos mais santos do que santas, pois para elas ficava bem mais difícil conjugar a sua virgindade com a vida pública. Em relação com a sexualidade fica bem claro qual o símbolo da honra feminina: a virgindade. A igreja ainda também é contra qualquer meio de contracepção que não seja o natural. Até na liberdade sexual entre os casados o catolicismo tem suas regras que submetem a mulher ao homem, a posição do ato sexual deve ser sempre a mulher por baixo e o homem por cima como sinal de superioridade e de dominação sobre o corpo.

A adequação da mulher ao privado da casa e ao privado do próprio corpo que não pode ser mostrado faz parte da “ordem da sociedade.” Por muitos anos as mulheres que quisessem experimentar ser diferente das regras da sociedade pagavam o alto preço da coerção social que Durkheim tanto defendia. Mulheres foram queimadas em praça pública, mulheres que se tornavam adúlteras eram apedrejadas, outras que manifestassem qualquer sensualidade e desejos sexuais mais explícitos eram tidas como histéricas. A histeria foi uma doença que Freud estudou por muito tempo, em que ele afirmava que era decorrente de desejos sexuais reprimidos.

Pela força da tradição elas eram obrigadas a sair de casa como um pudor excessivo, não podiam mostrar o corpo e o véu foi substituído pelo uso obrigatório do cabelo comprido. Podemos inferir por este silêncio velado pelas mulheres que parecem até que elas são perigosas para os homens. Deviam andar cobertas para não despertarem neles a tentação. Perrot afirma que: “*em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo.*” (2008:17)

Nas fontes históricas as mulheres são representadas ao em vez de si representarem. Sabemos que sem as mulheres o desenvolvimento das cidades não seria possível. Os relatos dos historiadores mostram mulheres imaginadas, em vez de descritas

ou contadas e quando eles se remetem a elas é para mostrar erros que justificam ainda mais a sua submissão.

Um ponto a se destacar é a idéia entre público e privado que permeia a vida feminina. Inicialmente na vida das mulheres o público era algo destinado apenas aos homens. A eles cabiam trabalhar fora, estudar, e ter uma série de permissões sociais para se expor na sociedade. A mulher caberia então o privado, representado primordialmente pela casa juntamente com o sobrepeso dos serviços domésticos, incluindo o cuidado com o marido, criadas e filhos. A mulher que desejasse por alcançar objetivos além do de ser uma excelente e bem dedicada esposa, incorria no erro de se tornar falada. A honra da mulher foi representada por muito tempo pelo bem desempenhar dos serviços domésticos. Uma mulher virtuosa que era o desejo de todos os homens era aquela que recebeu uma educação capaz de prepará-la para desempenhar um bom papel de mulher e de esposa.

Na visão dos homens e não apenas deles mais de toda uma sociedade, o lugar da mulher era dentro de casa, e uma boa mulher e esposa era aquela que reconhecia o seu lugar perante a sociedade, lugar este que era sempre atrás do seu marido. A sociedade por muitos anos tratou das mulheres assim como fizeram com as crianças por muitos séculos, através de lentes de invisibilidade. Mulheres que não podiam sonhar com determinadas profissões, mulheres que não podiam votar, mulheres que não podiam exercer livremente a sua sexualidade. Como vemos existem na história das mulheres grandes vitórias que foram alcançadas ao longo da história da humanidade.

Outro ponto que incentiva a submissão feminina está na própria faixa etária da vida. Com a leitura do clássico de Ariès (1978) vemos que antes do século XIX meninas eram desconhecidas. As crianças de um modo geral eram invisíveis. As grandes taxas de mortalidade infantil não impressionavam a ninguém. O descaso com as crianças que morriam bem pequenas era normal. Mostrando que por muito tempo as crianças também não tiveram espaço dentro das memórias remotas da história social.

Quando pequenas as meninas são sociabilizadas por suas mães que transmitem a elas a herança social de invisibilidade e de desigualdade de gêneros. Elas aprendem se

enclausurarem em casa, mais uma vez o público não cai bem para uma mulher mesmo que elas sejam pequenas. Se saírem suas mães mandam os seus irmãos vigiá-las para que elas não aprendam costumes desonrosos. Interiorizam também o destino das mulheres que é se tornar uma dona de casa. Se as mães não se encontram elas assumem a casa. “Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente.” (PERROT, 2008:43)

Não é nenhuma novidade o sentimento de posse que alguns homens sentem pelas mulheres. O dote que vinha acompanhado de uma mulher virgem foi extinto logo com a expansão da industrialização. (DONZELOT, 1986) Nesta nova situação as mulheres a partir de então oferecem aos seus maridos o seu trabalho doméstico especializado. Com isto, firma-se uma dupla vantagem estatal, mais casamentos, uma substituição de um acesso de trabalho não remunerado, e a introdução da higiene na vida dos operários. A virgindade das moças pertencia aos homens que a cobiçavam. Elas como “filhas de Maria” deviam se defender de estupros e se manter como pudor para enobrecer os seus futuros maridos.

As relações de poder dentro da família representadas pelo modelo de marido chefe de casa, senhor todo poderoso e da esposa como a mãe de muitos filhos, pode ser consideradas um ponto bastante complexo dentro dos estudos de família, por causa da sua subjetividade. A presença de um homem numa família seja ele pai ou esposo representa um universo simbólico que envolve estas funções sociais. O casamento gera um status social novo para a mulher casada. Um filho sem pai possui um status social comprometido, tanto para a mãe quanto para ele mesmo. A união familiar mais do que uma obrigação contratual entre duas pessoas é uma troca de interesses pessoais. O seu valor enquanto indivíduo social, a identidade social, a identidade enquanto membro da sociedade está totalmente interligada a sua posição familiar e o que ela representa.

O problema da dupla igualdade

A individualidade feminina e masculina só podem se expressar pela dicotomia público-privado na esfera da família. Dentro dela existem claramente os contornos dos papéis que são atribuídos ao gênero. Diante desta idéia seria correto afirmar que existe reciprocidade dentro das relações conjugais? A livre escolha dos cônjuges e os papéis

pré-definidos dentro das famílias supõem uma igualdade de contribuições para a reprodução da família. Reproduzindo homens e mulheres como iguais estamos criando um ambiente perfeito para conflitos, violências e separações.

Na modernidade existe um aprofundamento do individualismo humano. Este aprofundamento faz com que as mulheres segundo Vaistman (1994) passem a pensar mais em si mesmas, produzindo projetos que dizem respeito à vida delas próprias, ou seja, planos que não estejam ligados nem a família e nem a maternidade. Ainda característico desta modernidade é a capacidade de reflexividade das relações sociais que provoca nos indivíduos o movimento de reformular os seus projetos rompendo gradativamente com a tradição.

Existe nas relações conjugais uma falsa reciprocidade do amor. O casamento moderno se caracteriza pela livre escolha do cônjuge, baseada no amor, pressupondo uma reciprocidade. O objetivo do amor é encontrar ações e sentimentos recíprocos. Dentro de um contexto específico de situações. A individualidade que a família moderna atribui ao homem e a mulher traços sociais diferentes não permite espaço para que possa haver essa reciprocidade.

A desigualdade social foi enraizada na nossa cultura a muito tempo. Hoje sabemos das lutas por mudanças para uma relação de igualdade. Seria este o caminho para uma sociedade mais harmoniosa? Tivemos uma época em que as mulheres não eram donas nem do seu corpo, onde elas não podiam se quer decidir sobre a fecundidade. A inferioridade feminina foi há muito tempo naturalizada pela nossa cultura, os homens livremente manifestam o seu “machismo” que lhe permite por uma legitimação social ampla, serem superiores as mulheres.

Existe uma idéia falaciosa que é divulgada ultimamente que proclama a igualdade entre homens e mulheres. Igualdade esta que é garantida por lei. A existência da lei deixa subentendido que a sociedade é tão desigual e inconsciente da igualdade que é preciso que entre um mecanismo de regulação social para que a igualdade seja garantida.

É neste apelo a igualdade e o cumprimento dela que reside o grande problema a ser solucionado pela sociedade atual. A partir do momento em que se enxergarem as diferenças biológicas e de gênero entre homens e mulheres como algo que os difere, ficará mais fácil para percebermos e tentarmos solucionar as desvantagens dos papéis sociais de ambos os lados.

Muitos estudos sugerem que trazer a igualdade ao mundo das mulheres seria equivalente a transformá-las a homens, anulando-a a sua identidade própria. As mulheres em conflito com os maridos querem transformá-los em mulheres, ou seja, quer que eles entendam os problemas através de uma ótica que é só delas. Mulheres pensam e agem totalmente diferentes dos homens. Tentar trazer igualdade nas relações é sujeitar ambos em algo unissex sem as especificações de cada sexo. Assim seriam anuladas as identidades. (Touraine, 2007)

A castração da identidade do outro não é identidade e nem muito menos uma sociedade mais justa. Devemos sim procurar sugestões que venham a provocar um respeito pela diferença identitária do outro. Quando a sociedade aprender a ver que homens e mulheres são diferentes porque é necessário que eles sejam, para manter a reprodução social.

Vale enfatizar que uma coisa são as diferenças de gênero e biológicas e outra são as justificativas de uma dominação do homem sobre a mulher, através da violência doméstica, física, sexual, simbólica, e depois querer reverter anos de história social afirmando que ambos são iguais. São iguais por pertencerem a um mesmo gênero, o humano. As atividades conscientes de resistência da mulher em busca de melhores condições de vida não devem ser interpretadas e divulgada como um processo em busca da igualdade.

Como justificar então a inferioridade da mulher? Se a sua subjetividade lhe foi negada e a sua consciência suprimida por tantos anos? Sabemos que cabe a mulher o papel de reprodutora. O homem não pode engravidar isto é fato, MS e a maternidade, ela é o momento que sucede a gravidez e pode muito bem ser desempenha por um homem, o basta querer, porém a sociedade une a gravidez à maternidade passando a

considerar como uma só coisa, o que deixa a mulher em desequilíbrio com os seus papéis sociais. O homem por outro lado assume os papéis que lhe deixam numa posição mais favorável.

Emancipação feminina?

Será que podemos afirmar que as mulheres modernas são emancipadas? Emancipação social é um olhar muito complexo dentro das relações sociais, pois, ele se refere ao subjetivo das relações sociais. Neste sentido traremos elementos que de certa forma modificaram a vida das mulheres em algo mais “nivelado” com a desigualdade de gênero existente. A rota da emancipação começou com a Revolução Francesa em 1789 nela tivemos as primeiras manifestações das organizações das mulheres em torno de condições de igualdade de vida. Surgiam movimentos pela melhoria das condições de vida e de trabalho, bem como por participação política, pelo fim da prostituição, pelo acesso à instrução e pela igualdade de direitos entre os sexos. Sob a marcha rumo a Versalhes, as parisienses clamavam por "liberdade, igualdade e fraternidade" e pelo sufrágio feminino.

Na rotina do casamento alguns pontos da emancipação feminina ocasionam a inviabilidade no casamento. Por exemplo, quando a mulher decide formular um novo projeto de vida, principalmente quando ocorre uma incompatibilidade de seus projetos com os de seus esposos. Este fato é fortíssimo, pois quando o seu projeto de vida era compatível com o do seu marido, mesmo que ela não se sentisse completa e feliz, o casamento segue bem, porém quando as mulheres passaram a se dedicar a algo próprio, não mais para o projeto do marido, com isto muitos casamentos começaram a iniciar os conflitos. Uma hipótese para a freqüente adaptação do projeto da mulher ao homem ocorre por os casamentos acontecerem entre homens mais velhos e mulheres mais jovens, e desta forma, os homens já possuem um projeto de vida mais estável.

A vida das mulheres consistia em doar-se ao máximo a seus maridos e filhos e abdicar quase que totalmente de seus interesses e vontades. Quando os casamentos tinham problemas às leis censuravam severamente às mulheres que quisesse dar novos

rumos na sua vida afetiva. Ainda bem que atualmente temos um novo prisma nesta questão de segundas uniões.

Como vimos que a modernidade e todo o aparato tecnológico e as mudanças sociais trazem para as mulheres uma grande transformação na simbologia do corpo e da sua identidade. (cf. GIDDENS, 2002).

A pílula é o ponto central na busca pela liberdade sexual. Sarti (2003) comenta que nos anos 60 no Brasil, com a introdução da pílula anticoncepcional as mulheres ganharam mais liberdade na sua sexualidade e puderam se defender da maternidade para seguir o lado profissional da vida. Nos anos 80 a possibilidade de se criar uma gravidez *in vitro*, separa conseqüentemente o ato sexual da gravidez.

A reprodução assistida e outras técnicas de reprodução humana não dissociam a noção de família da natureza biológica. A difusão do exame de DNA coloca novas doses de responsabilidade nos laços familiares. A descoberta do pai biológico sugere uma cobrança pela figura de um pai, e põe em xeque toda a irresponsabilidade das aventuras sexuais que os homens são acobertados desde a família patriarcal.

No prisma jurídico, vemos o reflexo das mudanças sociais dentro da família, isto desde o estatuto da criança e do adolescente até na lei que rege os divórcios e na lei Maria da Penha (lei: 11.340). Antes da constituição de 1988 os filhos eram separados entre legítimos e ilegítimos e o homem tinha a chefia familiar. Vaistman (1994) trás um dado relevante, que no Estado Novo o Brasil era regido por um estatuto da família. Na realidade a família que eles propuseram foi um modelo que não foi difundido amplamente, mas que sérvio de tipo ideal para orientar os comportamentos dos demais. Este tipo ideal de família devia ser “*conjugal, moderna e patriarcal, formada por indivíduos cujo lugar social não partia da própria escolha pessoal, mas de papéis atribuídos e normalizados segundo o genro.*” (Vaistman: 1994,59)

Considerações finais

Deste modo, o universo das lutas de gênero é amplo demais. Para nos remeter a contextualização histórica de fatos que ampliaram “as igualdades” de gêneros não esgotaria as nossas palavras. A luta de gêneros é uma história que está apenas por começar, não chegamos ainda ao seu “final feliz”.

Mas é bastante válido para nós apontarmos outros fatos primordiais para se entender a configuração feminina na modernidade, como por exemplo, a revolução Francesa, os períodos de escravidão, as mulheres muçulmana, entre outras. A história delas não pode ser resumida apenas a opressão e a posições de vítimas. As mulheres nem sempre foram vítimas, elas além dos anos souberam conquistar o seu espaço, porém nem sempre elas tiveram certas, como “todo mundo” afinal.

O que não pode deixar de ser dito é que por muitos séculos tivemos a mulher colocada num lugar inferior na história da humanidade e na vida social. A igualdade efetiva entre homens e mulheres se encontra entre um desvio entre teoria e prática. No papel tudo é mais fácil. E as mulheres escrevem a sua história dia-a-dia.

Concernente a história da “emancipação” das mulheres nas relações sociais, vemos que as mudanças históricas foram determinantes para avanços que se tornaram hoje fundamentais para se entender a mulher neste novo cenário social na pós-modernidade. Desde a modernidade a mulher vem ganhando espaço no mercado de trabalho, na política e dando espaço para a sua própria vida, modificando gradativamente a sua identidade enquanto mãe, esposa e mulher. Porém esta luta apenas se armou, temos muito ainda a conquistar.

Referencias bibliográficas

PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**. Ed. contexto: São Paulo, 2008

Giddens, Anthony. As famílias. In: Sociologia. 6ª Ed. Porto Alegre: Art Med, 2005

SARTI, Cyntia Anderson. **Famílias enredadas**. São Paulo: autores Associados editora, 2003

ÁRIES, Philippe. **História da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1978

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986.

VAISTMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós- modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

TOURAINÉ, Alan. **O mundo das mulheres**. Vozes: petrópolis, 2007